

## O ESTOICISMO NA PEDAGOGIA RELIGIOSA DO BRASIL SETECENTISTA: RESQUÍCIOS OU PRESENÇA MARCANTE?

Ana Palmira Bittencourt S. Casimiro

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

[apcasimiro@bol.com.br](mailto:apcasimiro@bol.com.br)

### RESUMO:

O presente texto, a partir de uma abordagem dialética inspirada em Lucien Goldmann e mediante leituras das representações culturais do período colonial, segundo a concepção de Roger Chartier, conceitua e apresenta características do pensamento estoico tal qual ele se apresentou, em sua matriz original, na Grécia fragmentada e na Roma Imperial. O texto infere sobre a incorporação dos princípios estoicos à patrística, à escolástica e à escolástica espanhola, pensamentos estes que nortearão a teologia moral dos séculos XVI, XVII e XVIII, no *orbe* cristão, sobretudo no Império Português e, especialmente, no Brasil colonial. Destaca, igualmente, o modo como essa forma de pensamento aparece na pedagogia religiosa colonial, como forma de conformar estoicamente, tanto os senhores quanto os escravos, naquela sociedade fortemente polarizada. Conclui, ressaltando a presença de autores estoicos, gregos e latinos, e o contexto de suas citações, conforme aparecem nos textos coloniais. Além disso, chama a atenção para conteúdos dos ensinamentos religiosos cristãos, como as virtudes cardiais e teologais, os pecados capitais e as virtudes opostas, as obras de misericórdia e outros elementos contidos nos catecismos que são, sem sombra de dúvida, herdeiros dos princípios estoicos por via patrística e escolástica.

**Palavras-chave:** Estoicismo, Patrística, Escolástica, Pedagogia Religiosa, Brasil Colônia

### TRACES OF THE STOICISM IN THE RELIGIOUS PEDAGOGY IN BRAZIL IN THE CENTURIES VII AND VIII.ABSTRACTS

### ABSTRACT:

The present text conceptualizes and presents characteristics of the stoic thought just like it shows up in his original womb, in broken up Greece and in Imperial Rome, infers on the incorporation of the stoic beginnings to the patrística, to the scholasticism and to the Spanish scholasticism, thoughts that will orientate the moral theology of the centuries VII and VIII, in the Christian globe, especially in the Portuguese Empire and, specially in colonial Brazil. Stand out, equally the way as that thought appears in the religious colonial pedagogy, like the form of adapting so much the chiefs how much the slaves in the strongly polarized society. It concludes emphasizing the presence of Greek and Latin authors and the context of his quotations, conformable they appear in the colonial texts and it attracts attention for contents of the religious Christian teachings, like the virtues cardiais and teologais, the sins capitals and the opposite virtues, the works of compassion and other elements contained in the catechisms that are, with no doubt, heirs of the stoic beginnings by patrística and scholastic.

**Key-words:** Stoicism, Patrística, Scholasticism, Religious Pedagogy, Brazil Colony

### Introdução

O Estoicismo surgiu quando da decadência de Atenas e do sistema político grego de cidade-estado. Mais precisamente, com a derrota de Atenas na Batalha de Queroneia, onde, a partir de Alexandre, a organização de cidade-estado foi sendo substituída pela de governo imperial e os líderes democratas pelos tiranos do Império Romano; A segunda fase instaurou-se com Panécio e outros; e a terceira fase, cujas expressões maiores foram Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio, coincide com a fase das tiranias romanas, exacerbando a necessidade de uma filosofia que protegesse o homem grego. O estoicismo, então, com suas máximas de virtude, passou a ser a base do 'direito natural', com grande força ideológica na atividade política (JAIME BRUNA In: MARCO AURÉLIO, 1969).

O filósofo grego Epicuro (341-270 a.C.) defendia uma moral que deveria ter por objeto a felicidade do homem, que consistia na cultura do espírito e na prática da virtude. De acordo com Fragoso, também a filosofia estoica tinha como objetivo a felicidade humana e todos poderiam conseguir tal felicidade, mas, exigia-se para tanto, uma virtude básica: aceitar a própria condição, a qual era regida por uma lei universal:

O homem deve dominar suas paixões, para conseguir a SABEDORIA. E dominando as paixões, ele conseguiria o IDEAL HUMANO: a imperturbabilidade do espírito, suportando o mal com serenidade. O Estoicismo defendia a identidade e a IGUALDADE DE TODOS OS HOMENS. O Estoicismo foi visto por filósofos cristãos dos primeiros séculos da Igreja, como compatível com a Ética do Cristianismo e com muitas de suas posições (FRAGOSO, s/d, p.3).

A influência do pensamento estoico sobre a teologia moral veiculada nos séculos XVII e XVIII, pelos teólogos quinhentistas e seiscentistas, advindos de Toledo e Salamanca, não se dá de forma direta, mas, sim, mediante forte inspiração na teologia patrística e escolástica. Como era de se esperar, essa influência ganhou força no Império Português, na corte e nas colônias.

No Brasil colonial, foi notória a existência de uma pedagogia subjacente, de natureza religiosa, que impregnou a sociedade colonial em todos os seus espaços, públicos e privados, doutrinando e castigando — em nome da fé — indistinta, vigilante, e da qual, todos eram, ao mesmo tempo, mestres e alunos. Essa pedagogia, transplantada de Portugal, foi uma das principais transmissoras das ideologias, mentalidades e representações dominantes na sociedade colonial. Seus principais ministros foram o clero e as ordens religiosas, capitaneadas pela Companhia de Jesus. Sua essência estava eivada do pensamento estoico.

A princípio, essa pedagogia religiosa se plasmou com base nas homilias e nos escritos teológicos dos assim chamados Primeiros Padres, cujas fontes inspiradoras foram as Sagradas Escrituras, os escritos dos filósofos gregos e romanos e, notadamente, os escritos dos estoicos. Ficou conhecida como Teologia Patrística. A seguir, nas diversas etapas da Idade Média, os teólogos, chamados escolásticos, continuaram a interpretar as Escrituras nas suas fontes e, principalmente, a fazer releituras dos textos sagrados, mediante as interpretações dos Padres. Esta vertente ficou conhecida como Teologia Escolástica e subsistiu, praticamente, até os movimentos da Reforma, Reforma Católica e o advento do Iluminismo (CASIMIRO, 2002).

Tal pedagogia religiosa referendou os discursos dos principais teólogos e moralistas que viveram em Portugal — como é o caso de Manuel Bernardes — e em suas colônias, dentre as quais o Brasil, como é o caso de Antônio Vieira, nascido em Lisboa, e dos jesuítas italianos Jorge Benci e Antonil, e mais tarde, do padre diocesano Manuel Ribeiro Rocha, dentre tantos outros<sup>i</sup>.

Considerando-se sobre o mundo mental desses religiosos, contemporâneos e acostumados com as práticas escravocratas do reino português, fica patente que seus escritos evidenciam uma consciência própria da mentalidade daquele tempo, incorporando, entretanto, elementos culturais anteriores. Se, por um ângulo, apresentaram um discurso religioso no qual falaram da servidão como uma realidade aceitável, por outro, denunciaram a prática vigente, evidenciando a crueldade cotidiana da escravidão colonial como um modelo inaceitável, face ao discurso neo-testamentário e cristão. Nesse discurso, a forte e determinante presença estoíca é inegável.

Algumas questões merecem ser aprofundadas. As fontes usadas por esses religiosos são as fontes comuns àquela época e, fundamentais no pensamento da Igreja, da qual esses autores eram porta-vozes autorizados. Os argumentos usados por eles não refletem somente as suas opiniões pessoais, mas, prevalentemente, a posição ideológica de setores da Igreja, inclusive, daqueles que redigiram as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que regeram todos os costumes e práticas do Brasil colonial, desde sua promulgação em 1707<sup>ii</sup> até o final do século XIX.

Fica evidenciada, pois, a existência de uma forma de pensamento, vivo e cambiante da Igreja em relação à escravidão colonial. Nessa dialética, muitas obras foram escritas com base em pensamentos fundados na Antigüidade. Jorge Benci, por exemplo, recebeu influências não só de Vieira e de outros que clamaram contra a escravidão na Colônia, mas, também, dos mais renomados teólogos e moralistas em voga, do passado e daquela época. Por sua vez, Benci influenciou as obras de Antonil, Monteiro da Vide e Manuel Ribeiro Rocha. A partir daí, sistematizou uma obra em função de um problema real, que, certamente, era um ponto nevrálgico na consciência da Igreja: a existência da escravidão. Esta obra, por sua vez, vai fundamentar as leis religiosas que vigorarão a partir de 1707, perpassam outras obras dentre as quais a de Manoel Ribeiro Rocha, e perduram até o século XIX (CASIMIRO, 2002).

Nesse emaranhado de idéias morais, doutrinárias e filosóficas, uma corrente de pensamento marcou presença forte em todos os pensamentos aqui analisados. Trata-se do pensamento estoíco, usado prevalentemente para centralizar os conflitos entre senhores e escravos, que será discutido, a seguir.

Uma das fontes de inspiração mais usadas para enfatizar os sermões e, conseqüentemente, a pedagogia religiosa colonial foram os clássicos greco-romanos e renascentistas, nos quais predominam os nomes de Platão e Aristóteles. Até mesmo uma citação do mais antigo historiador grego, Heródoto, ilustra narrativa histórica sobre uma rebelião escrava, no livro de Jorge Benci. O exemplo serve para aconselhar os senhores a usar os grilhões e as correntes para melhor dominar os seus escravos<sup>iii</sup>. Até mais do que os referidos clássicos, aparecem constantemente nos textos coloniais citações extraídas diretamente dos estoícos, como Sêneca, Ovídio, Virgílio, Cícero, Horácio, dentre outros. O

presente texto ressalta a presença, portanto, de autores gregos e latinos e o contexto de suas citações, conforme aparecem nos textos coloniais.

Platão é citado por vários autores, uma vez que o neo-platonismo foi, sem sombra de dúvida, o alicerce metodológico sobre o qual os Santos Padres erigiram os pilares da teologia cristã. Sua obra influenciou toda a teologia cristã por intermédio dos apologistas e dos primeiros padres, como Justino, cuja maior contribuição, segundo Boehner e Gilson (1995, p. 29), “foi a de ter afirmado que a filosofia grega era uma espécie de ‘limiar’ para a compreensão da filosofia cristã”.

No argumento justiniano, a filosofia grega abriu as portas para a verdade cristã: O Logos total (cristão) seria a complementação do Logos parcial (grego). Assim, seu mérito foi o de explicar a natureza do Logos filosófico (grego) como parte do Logos cristão (integral). A partir dessa idéia, o papel dos filósofos gregos seria o de precursores do cristianismo na defesa da existência do Logos contra a existência das idéias pagãs. Justino admitia que os antigos filósofos conheceram e praticaram a verdade, como Platão e os estóicos. Tiveram parte no Logos, é verdade, mas não o possuíram integralmente: “O Logos total aparece em Cristo, ao passo que aqueles filósofos possuíram-no apenas germinalmente ou em parte” (BOEHNER E GILSON, 1995, p. 29).

Certamente, a influência filosófica predominante entre os jesuítas foi proveniente de Aristóteles, pela via de S. Tomás de Aquino. É válido lembrar, contudo, que o maior divulgador do pensamento platônico foi Santo Agostinho (bastante citado), cuja influência foi tão grande quanto a de S. Tomás em toda a teologia ocidental<sup>iv</sup>.

Jorge Benci (1977, p.29), por exemplo, cita, de Platão, o *Diálogo 6 das Leis*<sup>v</sup>, lembrando que um dos primeiros preceitos do Filósofo foi o de que os senhores, no bom governo dos escravos, os “não descomponham e maltratem com palavras injuriosas” e, mais adiante, sobre o fato de que alguns senhores não deixarem descansar os escravos, sendo que “o mesmo Platão [...] achou este trabalho digno de ser numerado entre as mais penas do Inferno”. Igualmente, Manoel Ribeiro Rocha (1992, p. 103) cita Platão (*Diálogo 6. de legibus*) ao defender os escravos, pois, para o moralista,

[...] não devem os senhores, quando castigam os escravos, misturar entre as [palavras] da repreensão outras injuriosas, e de cotumélia, chamando-lhe aqueles infames nomes, que assim como não cabem no bico da nossa pena, não deverão caber também nos lábios da sua boca; porque a repreensão dos servos para ser reta, não deve ser injuriosa; como advertiu Platão [...].

O texto de Ribeiro Rocha é, evidentemente, inspirado na obra de Jorge Benci<sup>vi</sup>, que também cita o mesmo pensamento platônico (*Diálogo 6. de legibus*), literalmente:

Alguns senhores há que se satisfazem castigando os servos com palavras [...] injuriosas, pragas e maldições horrendas [...] Um dos primeiros preceitos, que deu Platão, aos senhores acerca do bom governo dos servos, é que os não descomponham e maltratem com palavras injuriosas [...] (BENCI, 1970, p.145).

Aristóteles é um dos clássicos gregos mais citados pelos moralistas coloniais, o que era de se esperar, devido à preferência dos Jesuítas pela *Suma Teológica* de S. Tomás de

Aquino e pela presença obrigatória dos textos aristotélicos nos colégios jesuítas. Aristóteles não se furtou às idéias de seu tempo, inclusive sobre a escravidão que ele considerou como justa e necessária, exigida pela própria natureza. Segundo suas idéias, há seres humanos que nascem para serem escravos e outros, para serem senhores. Benci, por exemplo, retira duas das citações, da obra *A Economia*, atribuída a Aristóteles, mas, comprovadamente apócrifa. Entretanto, conceitos semelhantes se encontram em outras obras do Filósofo, como por exemplo, em *A Política*, capítulo I, onde Aristóteles, referindo-se aos fundamentos da família e da sociedade, diz:

Há também, por obra da natureza e para a conservação das espécies, um ser que ordena e um ser que obedece. Porque aquele que possui inteligência capaz de previsão tem naturalmente autoridade e poder de chefe; o que nada mais possui além da força física para executar, deve, forçosamente, obedecer e servir — e, pois, o interesse do senhor é o mesmo do escravo [...] Entre os bárbaros a mulher e o escravo se confundem na mesma classe. Isso acontece pelo fato de não lhes ter dado a natureza o instinto de mando, e de ser a união conjugal a de uma escrava com um senhor (ARISTÓTELES, s/d. p.18).

O Estagirita é citado, outrossim, por Ribeiro Rocha (1992, p.87), que transcreve:

Além disto, o sustento é o jornal dos escravos, como diz Aristóteles *lib. 1. oeconom. cap.5. ibi: servi merces cibus est*, e por esta conta, o não dar o sustento aos escravos, tanto monta, como não pagar o jornal aos que trabalham, que é o quarto dos pecados [...] (Aristóteles *lib. 1 oeconom. cap.5*).

Assim, teólogos e moralistas dos séculos XVII e XVIII extraíram da obra do Filósofo as mesmas categorias do Eclesiástico reforçando, como Aristóteles, que o senhor deve três coisas ao escravo: o trabalho, o sustento e o castigo: Porque sustentar ao servo sem lhe dar ocupação e castigo, quando o merece, é querê-lo contumaz e rebelde; e mandá-lo trabalhar e castigar, faltando-lhe com o sustento; é coisa violenta e tirana<sup>vii</sup>. Esta é a citação fundamental que revela a concepção de Aristóteles, reproduzida várias vezes em tratados teológicos, mormente no Brasil colonial, como aparece nas obras de Jorge Benci, Antonil e Manoel Ribeiro Rocha, bem como nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707).

## O Estoicismo

Da cultura greco-romana, a contribuição estoica foi tão significativa quanto a essência filosófica advinda de Platão e Aristóteles. Isto se explica porque o estoicismo passou por um fundamento histórico original e se firmou, posteriormente, exercendo influência sobre outras doutrinas, especialmente sobre o cristianismo, nos aspectos da teologia moral. Para os estóicos, os princípios mais evidentes são a conformação e imperturbabilidade, que vão exercitar as virtudes. Além disso, o estoicismo foi um corpo filosófico consistente com inspiração nas doutrinas de Heráclito, Platão, Aristóteles e os Cínicos que, por sua vez, influenciaram os romanos e o cristianismo nascente com questões religiosas e morais.

Na sistematização do Cristianismo, entraram várias formas do pensamento antigo, e uma fusão cultural entre Oriente, Ocidente, e mundo cristão foi se amalgamando ao monoteísmo judaico, no pensamento essênico, no estoicismo, e nos mitos orientais. Essas heranças culturais influenciaram na formação dos ritos de iniciação cristã, como no batismo, no dualismo (advindo da idéia da luz contra as trevas no zoroastrismo; ou na dualidade numérica no sistema pitagórico), desembocando na luta apocalíptica entre o bem e o mal, que aparece no *Evangelho de S. João*. Observa-se, então, a organização estrutural do Cristianismo em um contexto de mescla cultural, que foi, aos poucos, ganhando terreno no Império Romano, fundando novas sínteses de várias formas de pensamento, e inaugurando novas formas nas relações sociais.

A filosofia estóica aparece nos textos coloniais sob vários pretextos: para aconselhar os senhores; para abrilhantar as obras com a sua gramática elegante; para exemplificar, com modelos de comportamento estóico; e para reforçar, com os clássicos pagãos, as citações bíblicas. Igualmente, tanto aparece cristianizada na voz dos teólogos da Igreja, na sua versão original, ou perpetuada pelo movimento renascentista na literatura e nas artes plásticas. Uma expressão da força do estoicismo, na sua forma pura, até o século XVIII, encontra-se na representação das Odes de Horácio nos azulejos do Claustro do Convento de São Francisco de Assis da Bahia, um verdadeiro teatro vivo de azulejos, cuja gramática visual destinava-se à educação virtuosa dos frades.<sup>viii</sup>, como será mostrado mais adiante.

O pensamento estóico faz parte da mesma vertente utilizada pelos Santos Padres. Como já foi dito, Häring fala da influência do *De officiis*, de Cícero, especialmente sobre a obra de Santo Ambrósio (1960 p.42). Também Füllöp Miller (1935, p. 208-213), comentando a influência da moral estóica sobre os jesuítas, diz que, em nenhuma parte, a moral jesuítica encontrou expressão tão clara como em Cícero o qual, mais tarde, veio a exercer grande influência sobre o cristianismo católico. Segundo o autor, “Especialmente os jesuítas testemunharam a esse eclético romano grandes honras e destinaram-lhe em seu sistema pedagógico um lugar de destaque”. Deveras, no seu estudo sobre os deveres, Cícero descreve, de maneira tão exata como o fizeram, posteriormente, os casuístas jesuítas, a aplicação das regras de moral na vida prática. Sobre a concepção da caridade para com o próximo, na visão de Füllöp Miller, os jesuítas seguiam o que fora traçado de maneira clara por Cícero (1935, p. 208-213):

[...] Se quiser formular uma synthese ou uma comparação para ver a quem cabe a maior obrigação de nossa parte, então occuparão o primeiro lugar a pátria e os pais... O imediato, os filhos e toda a casa [...] logo depois se seguem os parentes que vivem comnosco em bôa harmonia e com os quais nós partilhamos em commum as condições exteriores de vida.

De fato, todos os argumentos que eles tomam emprestado aos estóicos falam das virtudes, sobretudo da caridade, para com os escravos. Sobre a abundância que deve prevalecer na razão devida aos escravos, Benci, por exemplo, apresenta um comentário do gramático Donato<sup>ix</sup> sobre o comediante latino Terêncio, pertencente a uma geração anterior à de Cícero. Pouco apreciado pelo público romano, que preferia as farsas mais vivas e coloridas de Plauto, Terêncio foi mais apreciado na Idade Média e na Renascença, sendo muito imitado até os tempos de Molière. Foi tão grande a preferência por Terêncio na

Idade Média que suas peças eram representadas nos colégios e na Renascença foram traduzidas em várias línguas<sup>x</sup>.

A primeira das duas citações de Cícero<sup>xi</sup>, Benci a retira do *De officiis* e diz respeito, exatamente, ao mau costume do senhor em não perdoar nada e não deixar passar a mínima falha do escravo sem castigo. Em outra citação, Benci (1977, p. 2006) completa o pensamento de Santo Agostinho sobre a morte em vida que é a vida do cativo, dizendo: “Por isso julgou sábiamente Cícero, que o cativo é tanto mais intolerável que a morte”. Cícero dizia que “nada em nossa vida escapa dos deveres” deveres para ele, seriam amizade, justiça, caridade, honestidade, verdade, temperança, segundo os estóicos, mas só para os cidadãos (GADOTTI, 1995, p.44-46).

Talvez seja Cícero um dos estóicos que mais influenciaram os cristãos coloniais. Sérgio Buarque de Holanda, comentando o programa de estudos do Colégio da Bahia para o ano de 1563, fala da utilização dos clássicos de Cícero: *De Officiis*, *De Oratore*, *Discurso Post Reditum*, *Cartas Familiares*, correspondendo aos programas usados em Évora. (1968, p.143).

Também Virgílio aparece com frequência. Continuando com os conselhos estóicos no trato com os escravos Benci (1977, p. 206), inspirado em Virgílio (1952)<sup>xii</sup>, adverte aos senhores coloniais sobre aquele que

[...] continuamente faz revolução em sua casa, castigando sempre, e por qualquer leve causa, aos servos [e estes], à maneira de ventos lhe fogem, e se lhe ausentam [...] e por esta razão é necessário que este tal senhor faça da mesma sua casa cárcere de Éolo senhor dos ventos, prendendo com grilhões e correntes a estes fugitivos<sup>xiii</sup>.

Entre os textos estóicos prediletos dos moralistas coloniais estão, ainda, as máximas de Horácio<sup>xiv</sup> sobre a crueldade, a sevícia e o excesso de castigos que os senhores impingem aos seus escravos. Comenta Benci (1977, p. 158) que “não devendo haver-se o senhor com sevícia e tirania no castigo dos escravos, ainda quando as culpas são graves e dignas do maior rigor; que será, quando a culpa do servo é tão pequena e tão leve, que quase nem repreensão merece?”. Benci refere-se à *Sátira 3*, na qual o poeta aconselha indulgência no tratamento aos outros e que as pessoas não se mostrem muito severas com as outras. “Visto que todos nós temos defeitos, não nos mostremos em demasia severos para com os outros. Puniríamos nós todos esses pequenos erros, se fôssemos reis [...] mas não seria mau se tivéssemos mais complacência” (HORÁCIO, 1952. p. 9).

E a sabedoria estóica de Plutarco, que aconselha a ouvir os escravos antes de castigá-los e usar de moderação nos trabalhos. Com base no pensamento estóico de Plutarco, Benci argumenta que “nem só deve o senhor ouvir aos servos antes de chegar à execução do castigo; mas se ainda no mesmo tempo, em que os está castigando, quiserem alegar suas razões e desculpas, não lho deve tolher o senhor<sup>xv</sup>”. Certamente o Livro *De Ira cohibenda*, citado por Benci, faz parte da sua *Moralia* na qual Plutarco se revelou prático, ponderado, benévolo, sadio e um ótimo diretor de consciências.

Utilizaram, ainda, os moralistas a poesia de Ovídio<sup>xvi</sup> para lembrar alguns preceitos estóicos como: perdoar as faltas irrelevantes, não castigar sem culpa; não deixar os escravos no ócio; interpolar o trabalho com o descanso e, no campo pedagógico, ensinar

aos escravos, com paciência, “uma e outra vez, explicando-se e tornando-se a explicar [...]”. Rômulo de Carvalho (1996, p. 253), comentando sobre o curso de Latinidade da Universidade de Coimbra no século XVI, fala da oitava, sétima e sexta classe, onde se liam Cícero, Terêncio, Ovídio e preceitos de Retórica. Também Sérgio Buarque de Holanda (1968, p.143), comentando o programa de estudos do Colégio da Bahia para o ano de 1563, fala da utilização dos clássicos de Ovídio: *De Ponto e De Tristibus*, correspondendo aos programas usados em Évora.

Como filósofo, e como um verdadeiro romano, Sêneca interessou-se<sup>xvii</sup> pela moral ‘aplicada’. As 120 Cartas a Lucílio são epístolas de orientação moral, obra prima de flexibilidade, de variedade, de zelo e penetração. Escreveu tratados como: Da clemência; Da cólera; Da providência; Da serenidade do espírito; Da constância do sábio; De como viver feliz; Dos benefícios e muitos outros, em que adota os princípios estoicos, atenuando-lhes, porém, a severidade e dilatando-lhes o sentido com idéias colhidas em outros sistemas. Ademais, prega o aperfeiçoamento individual e o desapego dos bens terrenos, a fraternidade humana e a caridade. (Enciclopédia Delta Larousse. 1962. 15 v). Os estoicos vão ser uma força ideológica do cristianismo em formação, por meio de Sêneca, que falava de Deus como um ser absoluto, eterno e todo poderoso, alguns anos antes de Cristo.

[...] Estoicos foram Cícero e Sêneca, dois luminares da literatura latina. Nos mártires do cristianismo, cuja resistência aos suplícios tanto nos assombra, havia, sem dúvida, a força da fé, a esperança do Paraíso, mas, decerto, também a velha influência prestigiosa do estoicismo, cujos princípios, largamente difundidos, tinham impregnado a educação dos cidadãos do Império. (BRUNA In: MARCO AURÉLIO, 1969, p. 9).

Acrescenta-se a isso o fato de que alguns hábitos estoicos eram também hábitos cristãos como o ‘exame de consciência diário’, a ‘meditação’ (herança dos pitagóricos), a abstenção de praticar o mal e, até mesmo, de se demorar em maus pensamentos (semelhante ao cristão que pede perdão no *confiteor* por pecar em pensamentos, palavras e obras)<sup>xviii</sup>. Da mesma forma, são de origem estoica muitos dos ensinamentos catequéticos do mundo português dos séculos XVI, XVII e XVIII, introduzidos pelo catecismo de Santo Agostinho<sup>xix</sup>, com suas máximas de “crer, orar e agir”, desdobradas, com o passar do tempo em ensinamentos sobre os pecados, as virtudes opostas, as obras de misericórdia, virtudes teológicas, virtudes cardiais, etc.

Sêneca foi um dos filósofos mais citados no sermônário colonial. Seu nome aparece constantemente, ora admoestando a crueldade dos senhores que castigam, sem que os escravos sejam culpados, ou aqueles que usam de sevícia; advertindo que o escravo calejado já não teme o castigo; e ora denunciando aqueles que, após castigarem não permitem nem murmúrios nem lamentações dos escravos sofridos<sup>xx</sup>.

Manuel Bernardes, em *A Nova Floresta* (1945) também se posiciona, como um religioso cuja cultura religiosa estava de acordo com os padrões da época. Isso mostra a existência de um pensamento religioso vigoroso, acordado a respeito da escravidão, embora alguns não quisessem se defrontar com o impasse da escravidão. Os religiosos coloniais traziam argumentos muito fortes sobre a pessoa humana, sobre a igualdade perante Deus, mas quando se tratava desta questão, eles não chegaram a negar a escravidão a partir da Revelação antio-testamentária. Pode-se dizer, com raríssimas exceções, que o papel desses discursos foi o de amortecer o rigor e a crueldade daquela instituição.



Igualmente, no terreno das virtudes e na prudência no trato com os escravos, o pensamento de Manuel Bernardes era consoante ao do Jesuíta Benci. Da mesma forma, inspirado na filosofia estoíca, aconselhou um trato humanitário com os cativos<sup>xxi</sup> e criticou um amo mesquinho que taxava varias multas pecuniárias à sua ama, por descuidos que tivera em levíssimas cousas da sua casa,

[...] Porém outros não levão isto por pena pecuniaria; senão de açoites; e se o reo he seu escravo, e se impaciente, ou insiste em negar com verdade, ou mentira, o que contra elle se presume, a hi he o acender-se a colera do senhor. E castigallo desapiadamente, atè quasi o por no precipicio da desesperação; sem attender a que a differença da fortuna não pode prevalecer à semelhança da natureza; e que o bem de huma alma vale mais que muita fazenda” (BERNARDES, 1945, Tomo II, V.II, p. 206-208).

Dessa sabedoria humanitária que ensina a tratar bem os escravos e tê-los como amigos, diz o Pe. Manuel Bernardes que os bons servos só mostram amor quando bem tratados e que

[...] Ao seu credito, não porque pela fome, e desluzimento dos domesticos, se conhece claramente a miseria do amo: e elles são os primeiros que a murmurão e publicação. A sua fazenda, tambem, não; porque tudo o que elle forra por uma parte, lhe furtão pela outra: e os fragmentos que o Senhor no Evangelho mandou recolher, são os que sobrarão da esmola, depois de bem abafadas as turbas; e não o que se cizão, e defraudão do necessário, que estes danificão o outro pão a que se ajuntão. E ainda sem ser por via de salario devido, senão a titulo de esmola, bem empregada esta nos criados, que sem duvida o não serrão seus, se a necessidade os não obrigasse a servir; e não he menos trabalhoso, antes mais útil para a Republica, o merecer o pão servindo nas casas, do que o mendigallo pedindo pelas portas (BERNARDES, 1945, Tomo I, v.I, p.440-445).

As semelhanças entre os discursos dos citados autores revelam preferência comum por algumas passagens da Sagrada Escritura. Eram, sem dúvida, aquelas passagens as mais lidas e discutidas pelos teólogos e consideradas as mais adequadas para veicular a moral cristã. Além de passíveis de serem mais bem assimiladas pelas consciências daquele tempo.

A obra *Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado*, publicada pelo sacerdote e advogado Manoel Ribeiro Rocha, em 1758, fortemente influenciada pela obra de Benci, também faz uso abundante do pensamento estoíco, como no caso do exemplo, em que o moralista se apóia em Quintiliano, Sêneca, São Bernardo, São Gregório e São Jerônimo, como fortes argumentos, declarando:

[...] Além disto, para o mesmo fim dos bons costumes destes cativos conduz muito, que seus senhores, e possuidores, lhes dêem bom exemplo em umas cousas; e que em outras lhe não dêem escândalo, ou mau exemplo [...] as palavras que vão acompanhadas com as obras; ou a doutrina, que acompanha o exemplo, esta sim é a que obra [...] damos

maior crédito ao que vemos, do que ao que ouvimos [...] e por isso são para nós mais abonadas testemunhas os exemplos, do que as doutrinas [...] o que daí resulta, é a fuga dos escravos [...] e quando lhes não fujam, ficam com mais estes inimigos de porta adentro, porque os escravos assim como, se os tratarmos bem, e com amor, [serão] nossos companheiros, e bons amigos, como disse Sêneca [...] se o tratarmos bárbara e afrontosamente, de necessidade ficam sendo nossos domésticos-inimigos (ROCHA, 1992, p.125).

### Um Teatro Mitológico ou um sermão em azulejos

Uma presença marcante da influência estoíca na educação religiosa colonial encontra-se no claustro do Convento de São Francisco de Assis em Salvador, na Bahia. No caso, a fonte documental, são os próprios azulejos do claustro do convento franciscano, assentados entre 1746 e 1748, com intenção eminentemente pedagógica, e as principais informações sobre esse conjunto pedagógico e artístico vem de um profundo conhecedor, Frei Hugo Fragoso, que pesquisa as imagens estoícas e seu conteúdo. Segundo Fragoso,

O claustro, espaço interno dos conventos antigos, tornou-se símbolo da própria casa religiosa, ou mesmo da vida monacal. Nos conventos franciscanos antigos, ele se situava entre a portaria, que dava para o exterior (o mundo lá fora); a Igreja, lugar de encontro com Deus e com os homens; e o convento, onde se desenrolava a vida dos frades. Era um centro de convergência: ali os frades se encontravam; ali passeavam ao seu redor; ali meditavam a sós; ali rezavam os mistérios da via sacra [...] (FRAGOSO, s/d, p.2).

O claustro do Convento tem, no seu andar térreo, um conjunto de azulejos (são trinta e sete quadros, selecionados de um total de 103 imagens), com uma emblemática mitológica, reproduzida a partir do Livro de Emblemas de Otto Van Veen (1608) que, por sua vez, se inspirou nas obras do poeta romano Horácio Flaco, cujo conteúdo é totalmente baseado na filosofia estoíca de Horácio<sup>xxii</sup>.

Declara Fragoso (2006) que essa foi a opção dos Franciscanos do século XVIII, cuja natureza tinha então um caráter marcadamente moralizante. E tal caráter se manifestava mesmo na emblemática mitológica. Chegando até a retratar os aspectos exóticos das divindades mitológicas, como uma pedagogia excepcional, a partir de exemplos negativos. No dizer do autor:

A Mitologia era usada como roupagem externa, ou como forma literária, para expressar lições de doutrina cristã. Pode-se objetar que tal uso da mitologia, dando-lhe um conteúdo cristão, não passava de um “verniz” por sobre uma peça pagã. Mas, os cristãos da época do barroco renascentista, julgavam que realmente estavam fazendo uma “cristianização” da Mitologia [...] Isso, por exemplo, pode-se muito bem, notar no *Theatro Moral de la Vida Humana* (edição espanhola da obra de Van Veen, em 1669) que serviu aos Franciscanos do século XVIII para escolha desses emblemas horacianos (FRAGOSO, 2006, p. 7).

Segundo Fragoso (2006), o autor anônimo da referida edição espanhola (conservada no Arquivo do convento de S. Francisco), proclamava: “Que admirável luz de um Pagão, que me ensina os principais pontos de minha Religião”. E cita ele a autoridade de São Carlos Borromeu, que “confessou muitas vezes, que, movido e admoestado pelos livros de Epicteto, chegou ao menosprezo das coisas Humanas, e ao amor das Divinas”. Assim, dentro de um critério apropriado à topografia do claustro, fizeram os Franciscanos a escolha desses emblemas horacianos, ao selecionarem trinta e sete quadros, entre os 103 emblemas de Otto Van Veen.

Na quadra do claustro, em sua ala que vem da portaria e ladeia a parede da Igreja, escolheram os Franciscanos emblemas que simbolizassem o “caminho da Virtude e da Sabedoria”, caminho esse que vai culminar na Sabedoria divina, expressa nos quadros bíblicos que introduzem à Igreja, ao lado. Para a ala, que fica ao longo do cemitério dos frades, foram escolhidos emblemas que expressassem o “caminho passageiro da Vida”, que culmina com a Morte. A ala, que dá para o interior do convento, foi ornamentada com azulejos emblemáticos, simbolizando o “caminho de uma vida comunitária”. E, por fim, a ala que dá para o mundo exterior retrata uma emblemática do “caminho dos mundanos”, em busca de dinheiro e de riquezas.

Destarte, para os franciscanos que habitaram o convento da Bahia, a partir de meados do século XVIII, não havia como não atentar para aquelas imagens pintadas em painéis de azulejos portugueses, no mais puro estilo barroco. Imagens proselitistas e persuasórias que seduziam com a promessa da paz celestial e castigavam com a ameaça do inferno. Na ordem como se encontram, nas alas acima mencionadas, cada painel está legendado com as seguintes máximas horacianas<sup>xxiii</sup>:

**Ala que dá para a Igreja e cujo tema é a virtude e a sabedoria:**

- Quadro 1 - Nada mais útil do que o silêncio;
- Quadro 2 - A virtude é inabalável;
- Quadro 3 - Virtude é fugir dos vícios;
- Quadro 4 - A virtude se manifesta na ação;
- Quadro 5 - No meio está a virtude;
- Quadro 6 – A natureza é a melhor moderadora;
- Quadro 7 – A vida disciplinada exige ânimo atento;
- Quadro 8 – A filosofia é a mestra da vida;

**Ala que dá para o cemitério dos frades e que simboliza o caminho passageiro da vida:**

- Quadro 9 – Os vários bens da velhice;
- Quadro 10 – O tempo voa irrevocavelmente;
- Quadro 11 – O tempo muda e nós mudamos com ele;
- Quadro 12 – O temor da morte;
- Quadro 13 – Pela morte tudo se deve deixar;
- Quadro 14 – A morte, o último fim das coisas;
- Quadro 15 - Depois da morte cessa a inveja;
- Quadro 16 – Estarás seguro se viveres bem;
- Quadro 17 - A verdadeira filosofia é a meditação sobre a morte;

- Quadro 18 - A certeza da morte;
- Quadro 19 –A morte é igual para todos;

**Ala que dá para o Convento:**

- Quadro 20 – A ciência aperfeiçoa a natureza;
- Quadro 21 – Afinal de contas, deve-se começar;
- Quadro 22 – No meio irás com toda segurança;
- Quadro 23 – Em qualquer situação da vida se pode filosofar;
- Quadro 24 – Antes de tudo deve-se cuidar da alma;
- Quadro 25 – Todo poder está subordinado a outro poder;
- Quadro 26 – A balança da amizade;
- Quadro 27 – Pela concórdia o povo é invencível;
- Quadro 28 – A inveja é um grande mal;
- Quadro 29 – A própria sorte faz cada um feliz;

**Ala que dá para o mundo externo:**

- Quadro 30 – A felicidade da vida agrícola;
- Quadro 31 – Quem é rico? Quem nada ambiciona?
- Quadro 32 – Tudo obedece ao dinheiro;
- Quadro 33 – Nada refreia o ambicioso do ouro;
- Quadro 34 – O dinheiro tudo concede;
- Quadro 35 – Inseguro é o domínio do dinheiro;
- Quadro 36 – A glória é fruto de trabalho;
- Quadro 37 – A virtude é alvo de inveja;

Na visão de Fragoso (2006), há uma abrangência sintomática de convergências sem número, entre os temas desenvolvidos nas figurações emblemáticas dos azulejos do claustro inferior, e os temas explicitados nas *Letras Simbólicas*<sup>xxiv</sup> do Frei Rafael da Purificação<sup>xxv</sup>, publicadas ao tempo em que se colocaram esses azulejos. É o referencial mais significativo dessa mentalidade barroca renascentista, assumida pelos Franciscanos de então. Foi a partir desse referencial que Fragoso fez a leitura cristã da emblemática mitológica do claustro.

A afirmação de Fragoso é a de que tais convergências se inserem em todo um contexto da escolha feita pelos Franciscanos do Salvador, referente a essas figurações da Mitologia clássica. E no contexto dessa escolha, há uma constatação da existência no convento de São Francisco, “de um grupo de Lentes de Filosofia e Teologia, consonantes em um denominador comum, quanto à roupagem mitológica a revestir suas expressões barrocas” (FRAGOSO, 2006).

**Conclusões**

Inúmeros exemplos poderiam ser apresentados aqui demonstrando a presença do pensamento estóico não só na pedagogia religiosa colonial, mas, em outras pedagogias diversas, em outros tempos diversos, no que tange a princípios doutrinários, éticos e morais. Mas, a intenção foi a de evidenciar obras escritas com base em pensamentos fundados na Antiguidade e influências advindas de um passado distante, e como, nesse emaranhado de idéias (morais, doutrinárias e filosóficas), uma corrente de pensamento marcou presença forte na pedagogia religiosa colonial, que foi o pensamento estóico.

Assim, até mais do que Platão e Aristóteles, aparecem constantemente nos textos coloniais citações extraídas diretamente dos estóicos, como Sêneca, Ovídio, Virgílio, Cícero, Horácio, dentre outros, ou por meio das leituras patrísticas. O presente texto ressalta a presença, portanto, de autores gregos e latinos e o contexto de suas citações, conforme aparecem nos textos coloniais, e chama a atenção para conteúdos dos ensinamentos religiosos cristãos, como as virtudes cardiais e teologais, os pecados capitais e as virtudes opostas, as obras de misericórdia e outros elementos contidos nos catecismos que são, sem sombra de dúvida, herdeiros dos princípios estóicos por via patrística e escolástica. Tais conteúdos, elementos ativos da pedagogia religiosa colonial, foram incorporados pela cultura brasileira posterior, diluindo-se no *corpus* da educação formal e informal e, principalmente, na educação doméstica e familiar.

## Referências

AGOSTINHO (Bispo de Hipona). **A Instrução dos Catecúmenos**: Teoria e Prática da Catequese. (Trad.) M<sup>a</sup> da Glória Novak. (Introd.) Pe. Hugo Paiva. (Prefácio) Almir Guimarães (OFM). Petrópolis: Vozes, 1984. (Fontes da Catequese, 7).

AMBRÓSIO (Bispo de Milão). **Os Sacramentos e os Mistérios**. (Trad. e Introd.) D. Paulo Evaristo Arns; (Comentários) D. Geraldo Magella Agnello. Petrópolis: Vozes, 1972 (Fontes da Catequese, 5).

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Est. Bibliogr. Por Affonso Taunay; notas de Fernando Sales. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. 1982 (Reconquista do Brasil; nova série; v. 70).

ARISTÓTELES. **A Política**. (Trad.) Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, [s/d]. (Coleção Prestígio).

BARBOSA, Diogo. **Biblioteca Lusitana**. Lisboa: Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1741. (Coleção de 4 volumes que contém, em ordem alfabética, todos os autores portugueses e seus impressos até a data da publicação. O último volume contém o índice de nomes e de títulos).

BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos** (livro brasileiro de 1700) (Estudo preliminar) Pedro de Alcântara Figueira; Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BERNARDEZ, M. 1945. Nova Floresta, ou Sylva de Vários Apophthegmas, E Ditos sentenciosos espirituaes, e moraes. Lisboa: Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de S. Magestade. 1706. Ed. fac-similada. In: **Obras Completas do Padre Manuel Bernardes**. São Paulo: Anchieta, [s/d].

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**. (Trad. e notas) Raimundo Vier, OFM. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARVALHO, Rômulo de. **História do Ensino em Portugal**: desde a fundação da

nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CASIMIRO, Ana Palmira B.S. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial**. Salvador: Faculdade de Educação/UFBA, 2002 (Tese de doutoramento).

CASIMIRO, Ana Palmira B.S. **Brasil Colônia: Estado da Arte em História da Educação**. Disponível em: <[http://www.cameraweb.unicamp.br/videoconferencia\\_fe.html](http://www.cameraweb.unicamp.br/videoconferencia_fe.html)> - 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro: Delta, 1962. 15 v.

FRAGOSO, Frei Hugo. **Claustro do Convento de São Francisco: um teatro em azulejos**. Salvador: EPSSAL. s/d.

FRAGOSO, Frei Hugo. **Um Teatro Mitológico ou um Sermão em Azulejos? Claustro do Convento de São Francisco**. 1 Ed. Paulo Afonso – Ba: Fonte Viva, 2006.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1995.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e filosofia**. Que é a Sociologia? São Paulo: Difel, 1974.

HÄRING, Bernhard C. S.S. R. **A Lei de Cristo: Teologia Moral para Sacerdotes e Leigos**. Tomo I, Teologia Moral Geral. São Paulo: Herder, 1960.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, v. I e II São Paulo, Difel, 1976. (A Época Colonial).

HORÁCIO. **Sátiras**. (Trad.) António Luis Seabra. Pref. de João Batista Melo e Sousa. São Paulo, 1952 (Clássicos Jackson).

LELLO UNIVERSAL. **Dicionário Enciclopédico**. 4 v. Porto: Lello e Irmão, (s.d.).

MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana**. Lisboa, 1931.

MARCO AURÉLIO. **Meditações**. (Introd. trad. e notas de Jaime Bruna). São Paulo: Cultrix, 1969 (Clássicos Cultrix).

MILLER, Fülöp. **Os Jesuítas e o Segredo do seu Poder**. (Trad.) Álvaro Franco. Porto Alegre: Globo, 1935.

ROCHA, Manoel Ribeiro. **O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído, Libertado**: discurso teológico-jurídico sobre a libertação dos escravos no Brasil. (1758). (Introd. e notas) Paulo Suess. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEHILA, 1992.

SANTOS SIMÕES. **Azulejos Portugueses no Brasil**. Lisboa, 1965;

SINZIG, Frei Pedro. **Maravilhas da Religião e da Arte na Igreja e no Convento de S.**

**Francisco da Bahia.** RHIGBr, 1933.

TERTULIANO. **O Sacramento do Batismo.** (Introd., trad. e notas) Urbano Zilles. Petrópolis: Vozes, 1981 (Os Padres da Igreja, 3).

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720). São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1853.

VIEIRA, Antônio (S.J.) **Sermões Prégados no Brasil II: A Vida Social e Moral na Colônia.** (Org. e notas) Hernani Cidade. v. III. Lisboa: República Portuguesa; Ministério das Colônias; Divisão de Publicações e Bibliotecas; Agência Geral das Colônias. 1940.

VIRGÍLIO. **Eneida.** (Trad.) Antonio Feliciano de Castilho. (Prefácio) Nelson Romero. São Paulo: s/e. 1952 (Clássicos Jackson).

Artigo recebido em: 15/ 12/2007

Aprovado para publicação em: 15/01/2007

## Notas

<sup>i</sup> Conferir nas Referências as obras destes autores.

<sup>ii</sup> Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720.

<sup>iii</sup> Citação: *Herodot. Lib. 4.* (BENCI, 1977, p. 165). Heródoto, nascido em Halicarnasso por volta de 480 a.C., empreendeu viagens ao Egito, Pérsia e Fenícia. Faleceu mais ou menos em 425 a.C. Suas histórias estão divididas em nove livros, cada um designado pelo nome de uma musa, onde ele relata a luta do mundo grego, estudando, de passagem, os principais povos antigos. (ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE, 1962).

<sup>iv</sup> (Cf. HÄRING, 1960, nas Referências).

<sup>v</sup> 1ª Citação: *Est autem recta horum educatio, ut nulla illis contumelia inferatur.* — *Dial. 6. de legibus* (BENCI, 1977, p.145); 2ª Citação: *Plato apud Aldum Manutium in Adagiis, Adag. 'Cribro aquam haurire'* (In: BENCI, 1970).

<sup>vi</sup> (Cf. CASIMIRO 2005).

<sup>vii</sup> Citação: *Aristot., Lib I. Aeconom. Cap.* (BENCI, 1977, p. 172).

<sup>viii</sup> Cf. FRAGOSO, Frei Hugo. *Um Teatro Mitológico ou um Sermão em Azulejos? Claustro do Convento de São Francisco.* 1 Ed. Paulo Afonso – Ba: Fonte Viva, 2006; FRAGOSO, Frei Hugo. *Claustro do Convento de São Francisco: um teatro em azulejos.* Salvador: EPSSAL. s/d.; SANTOS SIMÕES. *Azulejos Portugueses no Brasil.* Lisboa, 1965; e Frei Pedro Sinzig. *Maravilhas da Religião e da Arte na Igreja e no Convento de S. Francisco da Bahia.* RHIGBr, 1933.

<sup>ix</sup> Citação: *Donat. Apud Berlinch. in Theat. Vit. hum. Lit. S., verb. servor, victus et dicta. Apud. eund. lit. M, verb. Mensura.* (BENCI, 1977, p.63). Pela natureza da citação, Benci está se referindo a Aelius Donatus,

gramático latino do século IV, autor do Comentário de Terêncio e do Comentário de Virgílio. Suas obras eram muito comuns nas bibliotecas dos jesuítas (ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE, 1962).

<sup>x</sup>Citação indireta, na qual Benci (1977) diz: Eram os servos tratados por seus senhores com tanta abundância no sustento (como escreve Donato no comento de Terêncio). “Publius Terentius Afer foi um autor latino cujas comédias eram muito usadas nas peças teatrais das escolas jesuíticas, no século XVII. Nasceu em Cartago por volta de 190 e faleceu em 159 a.C. Escreveu seis comédias: *Andria*, *Hecyra*, *Heautontimorumenos*, *Eunuchos*, *Pharmio*, *Adelphoi*, imitando peças gregas” (ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE, 1962).

<sup>xi</sup>1ª Citação: *Cicero lib. 1 Offic.* (p.141); 2ª Citação: *Cicero Ph. 2.* (p.219). (In: BENCI, 1977). Marco Túlio Cícero (106-43), foi orador e político romano, tendo se aprofundado no conhecimento das leis e doutrinas filosóficas. Sua obra compreende discursos, tratados filosóficos e retóricos e poemas. Cícero foi um dos idealizadores do Direito Romano. Na sua obra *de Officiis [Dos Deveres]* (HOLANDA, 1968, p.143).

<sup>xii</sup> Livro I da *Eneida* (VIRGÍLIO, 1952, P. 104-105).

<sup>xiii</sup>Citação: *Virgil. Aeneid. 1.*(p.140); Citação: *Virgil. Eclog. 8* (p.182); Citação: *Virgil., Eclog. 8.* (p.206) (In: BENCI, 1977). Virgílio Publius Maro, nasceu em Andes, perto de Mântua, em 70 a.C. Ficou conhecido pelo seu talento poético e dentre os seus poemas mais conhecidos estão as Geórgicas e a Eneida. Virgílio teve seu mérito reconhecido ainda em vida. Na Idade Média seu culto cresceu e, a partir daí, os maiores representantes da literatura celebraram suas obras, dentre os quais Dante, na *Divina Comédia*. A *Eneida* é um poema épico estruturado na lenda de Enéias, chefe troiano, de ascendência divina na mitologia grega. (VIRGÍLIO 1952, p. 104-105).

<sup>xiv</sup>1ª Citação: *Horat. Serm. Lib. 1, Satyra 3.* (p.158); 2ª Citação: *Aures Capripedum Satyrorum acutas, Horat, lib. 2. Odar. Od. 19.* (p.221) (In: BENCI, 1977). Horácio nasceu no ano de 65 a.C. na Apúlia. De origem humilde, foi contemporâneo de Virgílio, que o ajudou. Suas principais obras foram os *Épodos*, as *Sátiras*, as *Epístolas* e a *Carmem Secular*. (HORÁCIO, 1952. p. 9).

<sup>xv</sup>1ª Citação: *Servis etiam vapulantibus non interdicitur facultas pro se dicendi, atque peccatum suum excusandi.* — *Plutar. Lib. de Ira cohibenda.* (p.133); 2ª Citação: *Plantae mediocri aqua aluntur, immodica suffocantur: sic animus moderatis laboribus adjuvatur, immoderatis obruitur.* — *Plut. in Poliant. verbo, Labor.* (p.205); 3ª Citação: *Plutar. in Nicea.* (p.219) (In: BENCI, 1977). Plutarco nasceu na Queroneia, Beócia, por volta de do ano 50 da era cristã, tendo morrido em 125, aproximadamente. Em Atenas, seguiu o curso do filósofo platônico Amônio. De sua autoria, sabe-se das seguintes obras: *Vidas Paralelas e Obras Morais*, que é uma coletânea de pequenos tratados. Plutarco empenhou-se para refutar o epicurismo e o estoicismo, mas foi, antes de tudo, um eclético e anunciou o neoplatonismo. A outra obra citada por Benci, *Nicea*, deve ser parte de *Vidas Paralelas*, que se trata de um conjunto de 50 biografias, nas quais ele apresenta grandes exemplos a serem imitados, mostrando os traços de caráter dos biografados (ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE, 1962).

<sup>xvi</sup>1ª Citação: *Ovid. Lib. 4. De Ponto Eleg. 10.* (BENCI, p. 96); 2ª Citação: *Ovid. Heroid. Epist. 5.* (p.130); 3ª Citação: *Ovid. Trist. 2.* (p.138); 4ª Citação: *Ovid., lib 1, de Remed. Amor.* (p.181); 5ª Citação: *Ibid.* (p.181); 6ª Citação: *Ovid., de Ponto, lib. 1, Eleg. 5.* (p.199); 7ª Citação: *Ibid.* (p.199) (In: BENCI, 1977). Públio Ovídio Naso nasceu no ano 43 a. C. em Sulmona, nos Abruzos. Foi poeta elegíaco e suas principais obras foram: *Os Amores* e a *Arte de Amar*. (HOLANDA, 1968, p.143).

<sup>xvii</sup>Lucius Annaeus Seneca, nascido em Córdova, no ano 2 da era cristã, e morto em 65, era filho e discípulo de Sêneca, o Retórico. Esteve exilado na Córsega, mas depois foi chamado a Roma tendo sido preceptor de Nero e, mais tarde, seu ministro. No governo de Nero, teve que aceitar as atrocidades por ele cometidas. Considerado fraco de caráter, é, entretanto, considerado uma das personalidades mais originais da Antigüidade latina. Escreveu muitas obras (ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE, 1962).

<sup>xviii</sup>Algumas virtudes apregoadas pelo Imperador Antonino Pio, estóico, citado por Jorge Benci, são relatadas por seu filho Marco Aurélio (MARCO AURÉLIO, 1969, p.169).

<sup>xix</sup> (Cf. nas Referências: *A Instrução dos Catecúmenos*, 1984).

<sup>xx</sup>1ª Citação: *Crudeles vocabo, qui puniendi causam habent, modum non habent.* — *Senec. de Clementia ad Ner. lib. 2.* (p.129); 2ª Citação: *Pejor est bello timor ipse belli.* — *Senec. in Thiest. in Chor. act. 3.* (p.138); 3ª Citação: *At infelicibus servis movere labra, ne in hoc quidem ut loquantur, licet.* — *Senec. Epist. 47.* (p.142); 4ª Citação: *Virga murmur omne compescitur.* — *Ibid.* (p.142); 5ª Citação: *Et ne fortuita quidem verberibus excepta sunt, tussis, sternutamentum, singultus.* — *Ibid.* (p.142); 6ª Citação: *Crudelitas malum humanum non est; ferina est rabies sanguine gaudere, et in silvestre animal transire.* — *Seneca lib. 1 de Clement. ad Ner.* (p.153); 7ª Citação: *Qui de injuriis dominorum in servos audiat, positus est: qui et saevitiam, et libidinem, et*



---

*in praebendis ad victum necessariis avaritiam compescat. — Seneca lib. 3 de Benefic. cap. 12. (p.155); 8ª Citação: Senec. Lib. 3, de Ira. (p.159) (In: BENCI, 1977).*

<sup>xxi</sup> Ao tempo de Bernardes, ‘o trato humanitário’ já era um patrimônio tradicional dos iluministas, filósofos e teólogos cristãos.

<sup>xxii</sup> *Theatro Moral de la Vida Humana* (edição espanhola da obra de Van Veen, em 1669).

<sup>xxiii</sup> Com correspondência em latim.

<sup>xxiv</sup> *Letras Symbolicas e Sibillinas*, Lisboa, 1747.

<sup>xxv</sup> Frei Rafael da Purificação morreu no ano de 1744, justamente quando estava em processo a encomenda em Portugal dos azulejos emblemáticos, para o claustro inferior do Convento de São Francisco. Foram eles assentados entre 1746 e 1748, sendo nesse período publicada na cidade de Lisboa a obra de Frei Rafael, com o título de *Letras Symbolicas e Sibilinas*, que saíram a lume em 1747.